INTUITIO

PPGFil/UFFS | e-ISSN 1983-4012

DOI: http://doi.org/10.36661/1983-4012.2026v19n1.15371

SEÇÃO: DOSSIÊ FILOSOFIAS FEMINISTAS

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES FEMININAS

The social construction of gender and its implications for female relationships

Carolina Genofre Cardoso da Silva[1]

Fernanda Felix de Oliveira[2]

Resumo: Este estudo investiga a construção social dos papéis de gênero no Ocidente e suas implicações nas relações afetivas e constitutivas do que é ser mulher. Problematiza-se, para tanto, como a construção social do papel feminino no Ocidente, e particularmente no Brasil, incide sobre as relações afetivas das mulheres. Trata-se de pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, tendo como critério de seleção a abordagem histórica, sociológica, filosófica e psicológica do tema, privilegiando obras publicadas a partir de meados do século XX. Os resultados indicam que a colonização, o cristianismo e o capitalismo moldaram a subjetividade feminina em torno dos dispositivos amoroso e materno, impactando a vida das mulheres de múltiplas formas, como, por exemplo, a sobrecarga de cuidado. Tais efeitos se distribuem de forma desigual conforme marcadores de raça e classe.

Palavras-chave: Construção social do gênero. Feminismo. Papel De Gênero. Relações Afetivas.

This study investigates the social construction of gender roles in Western societies and its implications for the affective relationships that constitute what it means to be a woman. It addresses the following problem: how does the social construction of the female role in the West, and particularly in Brazil, bear upon women's affective relationships? This is a qualitative study based on a bibliographic review, with works selected according to historical, sociological, philosophical, and psychological approaches to the theme, prioritizing those published from the mid-twentieth century onwards. The results indicate that colonization, Christianity, and capitalism shaped female subjectivity around the amorous and maternal devices, affecting women's lives in multiple ways, such as the burden of care. These effects are unevenly distributed according to markers of race and class.

Key words: Gender Inequality. Feminism. Gender Role. Romantic Relationships.

[1] Graduanda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS online). Bacharela em Administração pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). ORCID: https://orcid.org/0009-0008-0814-0661. *Email:* carol.genofre@gmail.com

[2] Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Mestra em Filosofia pela mesma instituição (PUCRS), na qual é professora e coordenadora do curso de Bacharelado e Licenciatura em Filosofia. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2610-1793. *Email:* felix.fernanda@pucrs.br

1 Introdução

As questões de gênero provocam um amplo debate, pois decorrem de processos históricos, sociais e culturais e evidenciam desigualdades estruturais. Historicamente, associaram-se os conceitos de masculinidade e feminilidade a características sexuais biológicas, atribuindo funções "naturais" a homens e mulheres na sociedade. No que diz respeito ao "ser mulher", constituiu-se um papel que ditou as formas de ser e de existir. Desde o nascimento, meninos e meninas são orientados a preferências, saberes e funções estruturalmente cristalizados a partir de uma história patriarcal que constrói narrativas sobre o que é ser menino e ser menina.

A construção dos papéis de gênero afeta diretamente a forma como homens e mulheres vivem no mundo. Assim, compreender seu impacto, sobretudo em mulheres, oprimidas por um sistema machista e patriarcal, mostra-se fundamental. Os papéis atribuídos a elas influenciam suas formas de pensar, de sentir, de trabalhar, isto é, de ser e de estar no mundo. Questiona-se, assim, como a construção social do papel feminino no Ocidente, e particularmente no Brasil, incide sobre as relações afetivas das mulheres.

Este artigo se configura em uma pesquisa qualitativa, organizada a partir da metodologia de revisão bibliográfica sobre a construção social de gênero, identificando fatos históricos, abordagens teóricas, conceitos e reflexões presentes na literatura. Utilizou-se, como critério de seleção das obras, a abordagem histórica, sociológica, filosófica e psicológica. Privilegiam-se as obras publicadas a partir de meados do século XX, com ênfase no contexto brasileiro.

Ao longo deste artigo e das reflexões propostas, tem-se como objetivo analisar o impacto que o papel atribuído à mulher gera em suas relações afetivas. Dessarte, visa-se resgatar fatores sócio-históricos que delinearam o papel da mulher na sociedade ocidental, entender, por meio de acontecimentos históricos, como se deu a construção social do papel feminino no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, e avaliar, com base em estudos disponíveis, os impactos destes condicionamentos nas relações afetivas das mulheres.

2 O caráter de construção social do gênero

A análise da construção social do gênero perpassa diferentes aspectos, entre eles, a compreensão da realidade social. Para Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1999), a realidade não é única e fixa, mas construída em contextos históricos e sociais específicos. Nessa perspectiva, o mundo é composto por múltiplas realidades e, para compreendê-las adequadamente, é necessária uma investigação da maneira pela qual cada uma se constituiu.

De acordo com Berger e Luckmann (1999), o compartilhamento de uma realidade é muito importante para moldar a visão de mundo e de pessoa que se adota. Os autores apontam: "a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente" (Berger; Luckmann, 1999, p.35). A realidade feminina advém de uma longa construção social, na qual o "ser mulher" foi cuidadosamente moldado, o que implica a visão de mundo e de feminilidade adotadas por mulheres na sociedade.

A partir do entendimento de realidade social, é possível compreender também o conceito de papel social. Berger e Luckmann (1999) postulam que papéis sociais podem ser entendidos como interpretações que surgem a partir de um conjunto de saberes e práticas compartilhados e tidos como reais por um determinado grupo de pessoas. O papel social envolve padrões de comportamento que se tornam reconhecíveis e esperados para qualquer indivíduo que o desempenhe. Ao assumir um papel, o sujeito alinha-se ao significado objetivo da ação socialmente estabelecida, identificando-se com ela.

Conforme Berger e Luckmann (1999), ao vivenciar seus papéis, o indivíduo se insere no mundo social e, à medida que internaliza esse mundo, torna-se uma realidade subjetiva para ele. Cabe ao sujeito, portanto, conformar-se a tais padrões, que funcionam como mecanismo de controle social. É por meio dos papéis que um elemento desempenha que são introduzidos a ele áreas específicas do conhecimento socialmente construído, que incluem normas, valores e até mesmo a forma de expressar emoções em determinados contextos. Mulheres aprendem, através da cultura e da socialização, saberes, práticas e emocionalidades ditos importantes ao desempenho de seu papel, têm padrões comportamentais preestabelecidos, reforçados, esperados e controlados. Escancara-se, então, o caráter de

construção social do gênero. O que se entende e se espera do 'ser mulher' é um papel social historicamente forjado.

3 O papel feminino no ocidente

De modo a compreender o papel feminino na contemporaneidade, é fundamental retomar às fundações do feminismo da segunda metade do século XX com o pensamento de Simone de Beauvoir. A filósofa se debruçou amplamente sobre a condição e a subordinação do papel da mulher. Para ela, a biologia é insuficiente para definir gênero. Beauvoir instiga: "[p]or que as mulheres não contestam a soberania do macho? [...] De onde vem essa submissão na mulher?" (Beauvoir, 1980a, p. 12). E a filósofa responde, "[n]enhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um" (Beauvoir, 2016, p. 15). Isso reforça o que o presente trabalho se propõe de investigar a construção social dos papéis de gênero e a importante proposição que Beauvoir defende de uma construção social e não biológica do papel da mulher, instrumentalizado na dimensão de um Outro.

Conforme a pensadora, há uma categoria humana absoluta e completa. Aquela em que o homem simplesmente é e, mais ainda, dita o que é Um e Outro. Exatamente nessa categoria que a mulher se diferencia e se determina, e não ao contrário. Beauvoir propõe: "o homem é o Sujeito, o absoluto; ela é o Outro" (Beauvoir, 1980a, p. 12-13). Nessa dinâmica, o Outro é objetificado e destituído de sua essência, tendo seu lugar social e seu comportamento rigidamente determinados pela lógica patriarcal. É sob essa perspectiva que a pensadora afirma que "torna-se mulher" (Beauvoir, 1980b, p.9). Ela ressalta que "nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado[3] que qualificam de feminino" (Beauvoir, 1980b, p.9). De acordo com Beauvoir, a subordinação feminina também é uma construção histórica que não se explica pela fisiologia,

[3] Beauvoir faz constantes referências ao trabalho de Sigmund Freud. Aqui, refere-se ao complexo de castração proposto por ele. Para Freud ([1923], [1925] /1976), a percepção da diferença entre os corpos, isto é, a constatação de que o pênis não é uma possessão comum para ambos os sexos, gera, de maneira simplificada, uma angústia de castração no menino (que acredita ter sido executada uma castração na garota) e uma inveja do pênis na menina. Todo esse contexto desperta no menino um "horror da criatura mutilada ou desprezo triunfante por ela" (Freud, [1925] /1976, p.314). Tal sentimento de inferioridade, segundo ele, também se instaura na própria mulher, como efeito provocado pela inveja do pênis (Freud, [1925] /1976).

e sim, pela cultura. Tal formulação corrobora a perspectiva aqui adotada, segundo a qual as relações femininas se consolidam historicamente, e não a partir de determinações naturais.

Segundo Beauvoir, a subjugação da mulher se deu desde os tempos mais remotos, mas tem como marco relevante o surgimento da propriedade privada: “destronada pelo advento da propriedade privada, é a ela que o destino da mulher permanece ligado durante os séculos: em grande parte, sua história confunde-se com a história da herança” (Beauvoir, 1980a, p.102). Dessarte, o corpo feminino e a fidelidade conjugal tornam-se objeto de regulação social, e a mulher é progressivamente confinada ao espaço doméstico e à dimensão de cuidado. Isso implica que a subordinação feminina não está vinculada a qualquer condição natural, mas, sobretudo, a uma forma de controle.

Simone de Beauvoir também retrata como a sociedade e a educação influenciam a distinção entre os sexos desde a primeira infância. Para ela, nos primeiros anos, meninas e meninos partilham o mesmo modo de existência e as mesmas experiências corporais. O que os separa é o tratamento que lhes é dispensado. A distinção entre os sexos opera, assim, no plano da cultura, e não no da biologia (Lemos, 2023). Ao longo da vida, a menina é convencida da superioridade masculina, e o menino tem seu orgulho e sua virilidade inflados a partir de seu órgão genital (Beauvoir, 1980b). Enquanto cresce, por meio de elogios e repreensões, ensina-se à menina os significados de “bonita” e “feia”, tendo como referência as imagens de princesas e fadas. Outro traço estimulado desde os primeiros anos, tanto pela sociedade, quanto por educadores, é a característica “feminina” de passividade, à qual é “um erro pretender que se trata de um dado biológico” (Beauvoir, 1980b, p.21). À menina, ensina-se a importância de agradar, o que implica renunciar à sua autonomia, “fazer-se objeto”, reconhecer-se a partir de dados externos a si mesma, de aprovações e repressões próprias de um sistema que modela e normatiza. Nesse sentido, como observam Cavalheiro e Oliveira, "o desejo de reconhecimento não surge como traço espontâneo, mas como resultado do incentivo da dinâmica social, elaborada de forma cuidadosa por meio de elogios e práticas de estímulo" (Cavalheiro; Oliveira, 2026, p. 26). Essa compreensão fica clara na ideia apresentada na obra autobiográfica de Beauvoir, *Memórias de uma moça bem-comportada*, em que a autora analisa sua infância, relacionando-a a categorias de sua filosofia. Ela retrata sua infância, marcada por uma construção social voltada ao reconhecimento, e apresenta, na

figura de seu pai, um importante viés sobre sua necessidade de aprovação a partir da figura masculina.

A provocação de Beauvoir de que o gênero é uma construção e não um dado biológico abriu caminho para que, décadas mais tarde, teóricas pós-estruturalistas como Teresa de Lauretis radicalizassem esse conceito. Lauretis (1987) cunhou o termo "tecnologias de gênero". A autora propõe pensá-lo nos moldes da teoria foucaultiana da sexualidade como tecnologia do sexo: o gênero não é propriedade dos corpos nem algo originalmente existente nos seres humanos, mas produto de diversas tecnologias sociais, como o cinema, de discursos institucionalizados, epistemologias e práticas críticas, bem como das práticas da vida cotidiana (Lauretis, 1987). Tais tecnologias não apenas representam o gênero, elas o constroem, operando como uma espécie de pedagogia que forma aquilo que afirma apenas descrever (Lauretis, 1987).

Amy Blackstone (2003), sob a perspectiva sociológica, afirma que, uma vez que os seres humanos criam socialmente o conceito de gênero, pode-se inferir que este é uma construção social. Para ela, papéis de gênero se baseiam nas diferentes expectativas que se têm sobre indivíduos com base em seu sexo biológico e nos valores e crenças de uma sociedade a respeito de gênero. Na concepção de Blackstone (2003), gênero é um termo social comumente confundido com "sexo". Para a autora, tais conceitos são distintos: sexo é um conceito biológico, determinado pelas características sexuais da genitália de um indivíduo. Gênero, por sua vez, refere-se a significados, valores e características atribuídos socialmente aos diferentes sexos.

Se Blackstone (2003) mantém a distinção entre sexo e gênero, Butler (1990) a desfaz: contestado o caráter imutável do sexo, o próprio construto revela-se tão culturalmente construído quanto o gênero. Não se trata de negar diferenças corporais, mas de recusar que constituam um dado pré-discursivo, anterior à cultura, pois o gênero designa também o aparato de produção pelo qual os sexos são estabelecidos (Butler, 1990). Daí a formulação central da autora de que o gênero é performativo, e não performance. Isto é, a performatividade designa a repetição de normas que produz o próprio sujeito que, a princípio, pareceria executá-las. Há aqui aproximação possível com a noção de papel social de Berger e Luckmann (1999), na medida em que ambas as perspectivas atribuem à repetição a estabilização do reconhecimento social. A convergência, contudo, é parcial, pois Judith Butler

recusa a anterioridade do sujeito que internaliza papéis, situando na própria repetição a produção do sujeito. Para Butler, 'as condições que permitem uma afirmação do "eu" são dadas pela estrutura de significação, pelas regras que regulam a invocação legítima e ilegítima daquele pronome' (Butler, 1990, p. 143, tradução nossa). Isso implica dizer que as narrativas culturais constituem o conteúdo do 'eu' ou do 'Outro'. Butler apresenta a ideia de performatividade como um modelo de discurso-ação, no qual compreende que a constituição pela linguagem implica ser produzido em um sistema de poder e discursos que pode ser realocado, ressignificado. Para uma compreensão clara da noção de performatividade, Butler diz: "não há possibilidade de nos colocarmos fora das convenções discursivas pelas quais "nós" somos construídos, mas apenas a de retrabalhar as próprias convenções pelas quais somos habilitados" (Butler, 2018, p. 202). O gênero em si é uma construção derivada dos regimes de poder que constituem o discurso sobre o que é ser mulher, por exemplo.

Valeska Zanello (2022) expõe como os processos de subjetivação e os sofrimentos psíquicos das mulheres estão intrinsecamente relacionados a tecnologias de dominação específicas. A filósofa e psicóloga argumenta que gênero, ou relações de gênero, são um dos pontos estruturantes mais importantes no arcabouço cultural ocidental. Zanello (2022), por sua vez, investiga como o "tornar-se mulher" se materializa subjetivamente na cultura contemporânea. Ela acrescenta que gênero extrapola a mera performance, também configura emocionalidades, o que significa dizer que as emoções, bem como os comportamentos, são aprendidas e mediadas pela cultura. A autora destaca ainda que "gênero é um conceito relacional e implica sempre relações de poder, de privilégios, de maior ou menor prestígio. É nesse sentido que Butler destaca, então, que a diferença sexual é uma construção de gênero" (Zanello, 2022, p.37).

Percorridos esses referenciais, nota-se que, a despeito de percursos teóricos distintos, as autoras convergem em um ponto: os papéis de gênero e os atributos tidos como masculinos e femininos são socialmente construídos e aprendidos. A partir deles, determina-se o que é esperado, permitido e valorizado para cada sexo, relacionando atividades, acesso a recursos e poder. Essa aprendizagem social é fortemente corroborada e exemplificada pela escola, pelas famílias e pelas instituições (Beauvoir, 1980a, 1980b; Blackstone, 2003; Zanello, 2022).

É válido ressaltar, ainda, duas reflexões de Felden (2019). A primeira delas é que "os estereótipos culturais transformaram as mulheres em sujeitos reprimidos ou apagados,

condicionando-as a tarefas para as quais os homens comumente não se sujeitam ou evitam realizar, tarefas como o cuidado do lar e dos filhos, cozinhar, etc." (Felden, 2019, p.811). A segunda, é o poder dos homens no controle e na construção das narrativas apresentadas à sociedade. Felden expõe: "toda a história foi feita pelos homens, pois, afinal, foi, até hoje, predominantemente contada por eles. Essa situação afeta até mesmo a forma como as mulheres encaram a si mesmas e outras mulheres" (Felden, 2019, p.812). Tal perspectiva ultrapassa a compreensão da constituição social das narrativas de gênero, ilustra quem detém suas prerrogativas e, mais ainda, permite compreender que essas narrativas hegemônicas legitimam a construção do feminino.

4 Transformação e evolução do papel da mulher no Brasil

Como ponto de partida para o estudo do papel feminino no Brasil, considerar-se-á a colonização. Conforme apontam DeSouza, Baldwin e Rosa (2000), o tema central das relações de gênero durante a colonização foi a miscigenação. Os europeus enxergavam mulheres, fossem elas, indígenas ou europeias, como filhas de Eva, personagem biblicamente associada ao pecado. Em sua chegada ao país, os portugueses apossaram-se da terra e das mulheres por meio da força bruta.

Ao longo dos anos, colonizadores mantiveram relações sexuais também com mulheres africanas, consideradas por eles como trabalhadoras e objetos sexuais. Às mulheres brancas, cabia o arquétipo de Maria: mulheres assexuadas, cujas vidas eram limitadas à casa e à Igreja. Viam-se essas mulheres como fracas, submissas e passivas, sem qualquer espécie de poder na esfera pública da sociedade. A elas, cabia serem preparadas para o casamento e o cuidado da casa, além de fazerem vista grossa às relações, consentidas ou não, de seus esposos com as escravizadas (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000).

Como destaca Ramos (1998), na sociedade colonial, a repressão da sexualidade feminina diferenciava o papel da mulher, esposa e mãe, do desempenhado pela amante. À esposa ideal, impunham-se a discrição e a repressão sexual. O prazer, por sua vez, era algo a ser buscado com a amante. Neste contexto, o autor relata que a busca pelo controle da sexualidade feminina resultava em dois desfechos: submissão ou transgressão. Para a sociedade colonial, a repressão da sexualidade feminina se justificava pelo fato de a mulher ser concebida como uma criatura selvagem a ser controlada.

Lélia Gonzalez (2020) traz um olhar complementar sobre a situação da mulher negra. Para ela, o papel da escravizada como mucama a posicionou como "mãe preta". A ela cabia, ao menos durante a primeira infância, o cuidado e a educação dos filhos dos brancos, além do cuidado com o lar, fosse ele o seu ou o de seus senhores:

> Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre 'livre' das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (Gonzalez, 2020, p.46).

No Império, vê-se continuidade do arquétipo de Maria e a extensão do papel de cuidado das mulheres brancas ao magistério. O folclorista brasileiro Alexandre José de Melo Moraes Filho resume: "ser mãe, mulher e virgem. Este é o objetivo da mulher, nada mais!" (Hahner, 1990, p. 53 *apud* DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000, p.486).

Com a ascensão da burguesia no século XIX, observa-se o surgimento de uma nova mentalidade, com maior valorização da intimidade e da maternidade pela branquitude. Além disso, observa-se uma transformação na vida familiar e doméstica, que impacta o tempo, a sensibilidade e a idealização de amor feminino. Observou-se, no viver burguês, uma forte distinção entre a vida pública e a privada. Às mulheres brancas, cabia ser boas anfitriãs e boas representantes de seus maridos e famílias (D'Incao, 1997).

Tais mulheres, relegadas ao papel de mães dedicadas e atenciosas, tiveram, neste período, reforçada a função materna. D'Incao (1997, p.30) revela:

> A supervisão da mãe passa ser valorizada, ganha força a ideia de que as mães devem cuidar da educação dos filhos na primeira infância, não deixando sua prole sob influência de amas, negras ou "estranhos". Considerada base moral da sociedade, a mulher da elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, construir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole.

Sem a necessidade de prover a família, "a possibilidade do ócio entre as mulheres da elite incentivou a absorção de novelas românticas e sentimentais consumidas entre um bordado e outro, receitas doces e confidências entre amigas" (D'Incao, 1997, p.229). Desse modo, fomentaram-se idealizações amorosas e perspectivas de casamento. Isso ampliou os estereótipos de ser mulher e suas representações. Como bem observa D' Incao (1997), na burguesia, o casamento era instrumento de ascensão social ou manutenção de status. A

literatura do período destaca, entretanto, que a mulher das classes mais baixas detinha maior liberdade no amor, já que, em seu caso, não havia conflito de interesses políticos e econômicos.

Passados alguns anos, durante os chamados "Anos Dourados", isto é, a década de 50 do século XX, às mulheres brancas, ainda se conservava o ideário de vocação para o lar. Bassanezi (1997, p.609), expõe:

> Neste período, a mulher ideal é dotada de características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Qualquer mulher desviante "estaria indo contra sua natureza, não poderia ser feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes".

Segundo Bassanezi (1997), neste período, entendia-se que o êxito e a felicidade conjugal dependiam fundamentalmente da mulher. O casamento era visto como sinônimo de realização feminina e objetivo de vida de jovens solteiras, uma vez que não casar significava fracasso social. O matrimônio era concebido por afeto, mas cabia ao homem a escolha de sua esposa, que deveria ser recatada, dócil e não causar problemas, particularmente no que diz respeito à contestação do poder masculino.

É importante ressaltar que competia à mulher preservar o casamento a qualquer custo. Não lhe cabia o direito de questionar a divisão tradicional de papéis, tampouco de demandar a participação masculina no lar, pois, desse modo, poderia comprometer o equilíbrio conjugal (Bassanezi, 1997).

> Chegamos a acreditar que caiba à mulher maior parcela na felicidade do casal; porque a natureza dotou especialmente o espírito feminino de certas qualidades sem as quais nenhuma espécie de sociedade matrimonial poderia sobreviver bem. Qualidades como paciência, espírito de sacrifício e capacidade para sobrepor os interesses da família aos seus interesses pessoais (O Cruzeiro, 1960 *apud* Bassanezi, 1997, p.627).

A autora relata também que as revistas tinham grande influência no pensamento feminino e distinguiam mulheres como "moças de família", aquelas merecedoras de respeito e casamento, e "moças levianas", isto é, as que consentiam em intimidades com homens. Outros importantes instrumentos de influência eram os filmes, a literatura e a educação. A esta última cabia estimular o autocontrole, sobretudo no que diz respeito à sexualidade, visando assegurar a virgindade. A autora corrobora, afirmando que "[f]icava mal à reputação de uma jovem, por exemplo, usar roupas muito ousadas, sensuais, sair com muitos rapazes diferentes ou ser vista em lugares escuros ou em situações que sugerissem intimidade com

um homem" (Bassanezi, 1997, p.612). É importante notar, ainda, que, nos "Anos Dourados", as mulheres de baixa renda eram vistas como recurso para a satisfação sexual masculina. Bassanezi (1997, p.614) aponta: "[o] critério de classificação e valorização das mulheres servia também como forma de reforçar as desigualdades sociais existentes".

Alguns anos depois, nos anos 70 do século XX, mulheres dos mais diversos níveis sociais e de escolaridade organizaram movimentos para que suas reivindicações fossem ouvidas (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000). Nesta década, o divórcio entra na legislação brasileira (Bassanezi, 1997) e surgem insatisfações e questionamentos sobre os papéis sociais masculinos e femininos (Zanello, 2022). Dadas as grandes mudanças culturais, perspectivas conservadoras classificavam as mulheres dissidentes como "confusas" e "perdidas", alegando que a elas cabia retornar aos seus maridos para manutenção da relação conjugal. Além disso, a autonomia de mulheres inseridas no mercado de trabalho também era vista negativamente (Tavares, 2021).

Na virada do século, isto é, nos anos 2000, uma nova imagem da mulher é retratada. Como propõe Francine Tavares (2021), surge a subjetividade da mulher *neoliberada*. Enunciada como solitária, porém feliz, a mulher do século XXI é vista como alguém financeiramente independente, em processo de autoconhecimento e de independência emocional. Neste período, o amor não deve ocupar a mesma centralidade na vida feminina, apenas o amor-próprio é estimulado.

> A neoliberada não é necessariamente solteira, pode ser casada ou comprometida, mas é potencialmente só, porque a qualquer momento o relacionamento com o qual ela eventualmente está envolvida pode se romper e ela precisa estar preparada para isso e, assim, conseguir viver de maneira independente do parceiro (Tavares, 2021, p.47).

A partir de então, o amor romântico, construído e incentivado nas décadas anteriores, torna-se patológico e emerge a construção social do amor saudável. Embricada nesse discurso, vê-se uma estratégia para regular o comportamento emocional feminino, recompensando as mulheres que se mostram contidas e emocionalmente controladas com a promessa de relacionamentos amorosos bem-sucedidos, reforçando padrões de conduta considerados ideais para as mulheres (Tavares, 2021).

De maneira ainda mais extrema, movimentos recentes demonstram uma radicalização do pensamento neoliberal entre as novas gerações: mulheres mais orientadas a si próprias e supostamente "afastadas" das relações afetivas. A organização não governamental Think

Olga, dedicada à equidade de gênero realizou, em fevereiro de 2025, uma pesquisa para desvendar os sonhos das mulheres brasileiras. Segundo a organização Think Olga (2025, p.72): "sonhos que reforçam os papéis de gênero perdem força a cada geração". No relatório da pesquisa, observa-se que o sonho principal das mulheres, em todas as faixas etárias e condições econômicas analisadas, é viajar. Para o Think Olga (2025), os motivos-chave apreendidos neste sonho são a sede de conhecimento e os desejos de liberdade e de escapismo. Ter estabilidade financeira, garantir a saúde física e o bem-estar mental também se mostram relevantes, o que demonstra consonância com o ideal da mulher *neoliberada*.

Ao contrário do que se estabeleceu no século passado, apesar da constituição de uma família aparecer como um sonho de infância de todas as gerações, observa-se uma variação expressiva conforme a faixa etária analisada. De acordo com a Think Olga (2025, p. 41): "[n]esse contexto, a idealização do amor romântico perde espaço para o desejo de ser mãe e buscar realização e autonomia". Na pesquisa, o casamento, já em menor relevância frente a outros sonhos, aparece com mais ênfase no sonho de infância de mulheres com mais de 30 anos, perdendo espaço nas elaborações oníricas das jovens de 18 a 29 anos.

Conforme a pesquisa, os resultados demonstram o efeito de movimentos como o *boy sober,* em que mulheres abdicam de relacionamentos amorosos com homens, dadas suas frustrações com relacionamentos anteriores e seu cansaço com a dinâmica imposta pelos aplicativos de namoro. Castellano, Costa e Santos (2024) exploram o que denominam movimentos de "descentralização masculina", aos quais se encaixa perfeitamente o *boy sober.* Para elas, denomina-se *heteropessimismo* a "emergência de um mal-estar feminino contemporâneo" (Castellano; Leal; Maio, 2024, p.200).

Na atualidade, parece reconhecer-se o caráter de ensino cultural do papel feminino, amplamente alicerçado na aprovação masculina e na conquista de relacionamentos. Enquanto nas décadas passadas as revistas, os filmes e as produções televisivas reforçavam culturalmente o papel da mulher, na contemporaneidade esse reforço ocorre por meio das mídias sociais. É nelas que "a repetição estilística e discursiva dos mesmos enunciados intensifica a produção de um mindset cultural" (Boffone, 2022 *apud* Castellano; Leal; Maio, 2024, p.199). De acordo com Castellano, Leal, Maio (2024), nos discursos analisados na internet, a descentralização dos homens aparece como um modelo alternativo de vida, mais

centrado em si e mais saudável. Entretanto, com um exame mais aprofundado do que o preconizado, as autoras percebem um aprofundamento do pensamento neoliberal.

Essas construções, historicamente estruturadas, fundamentam as narrativas sobre o papel das mulheres. Tais narrativas não são fechadas, pois se reconfiguram conforme os marcadores sociais que as atravessam. Ainda assim, as que se referem às relações afetivas, e sobretudo ao amor romântico, posicionaram reiteradamente as mulheres em lugares de submissão, fragilidade e dependência do outro. Constituiu-se, desse modo, uma forma de ser mulher ancorada na realização do amor romântico e do amor materno, como se fossem condições de uma vida feminina bem-sucedida.

5 Desdobramentos afetivos do papel feminino

É no âmbito das relações afetivas que os efeitos dessa construção se mostram mais persistentes. Ainda que novos movimentos venham tensioná-la, sua força marca gerações de mulheres ensinadas a amar, a cuidar e a se dedicar ao outro; sem que lhes fosse ensinado a cultivar o próprio valor, foram antes estimuladas a se constituir como objeto de amor. Nos termos de Zanello (2022), os homens são ensinados a amar diversas coisas, enquanto as mulheres são ensinadas a amar os homens.

Zanello é cirúrgica e separa em dois grandes blocos os principais desdobramentos afetivos da construção histórica do papel feminino: o dispositivo amoroso e o dispositivo materno. O primeiro deles, o dispositivo amoroso, consiste em afirmar que a subjetividade da mulher está condicionada ao olhar e à eleição masculinos (Zanello, 2022). A autora em questão observa que, no dispositivo amoroso, a estética desempenha um papel importante. Quanto mais próximas do padrão idealizado, ou seja, de mulheres brancas, magras e jovens, mais valorizadas são as mulheres. Em contrapartida, quanto mais distantes, maior é a rejeição afetiva e sexual. A indústria cultural ocasiona que “raramente meninas e mulheres negras e indígenas são representadas como protagonistas, como conquistadoras ou merecedoras do amor de algum príncipe” (Zanello, 2022, p.48). O consumo de filmes, livros, isto é, histórias que narram a forma de amar e de ser amada, constrói uma figura feminina frágil, estereotipada e permissiva.

Além disso, como visto ao longo da história da mulher brasileira, e, como apontado por Zanello (2022), mantido na atualidade, as mulheres aprenderam e aprendem a se

responsabilizar por suas relações afetivas e pelo bem-estar de seus parceiros. Muitas vezes, ensina-se que o silenciamento feminino atua em benefício e na manutenção de relações afetivas e amorosas. Isso resulta no fato de que, para muitas mulheres, terminar uma relação está fortemente associado ao fracasso. Nas palavras da autora, "[u]ma das performances e emocionalidades, portanto, mais interpeladas nas mulheres [...] é certa forma de amar e de se comportar no amor, o que as deixa fortemente vulnerabilizadas nessa questão" (Zanello, 2022, p.47). As narrativas sobre o papel feminino nas relações são fortemente vinculadas à necessidade de agradar o Outro, como já preconizado por Beauvoir.

O segundo dispositivo, o materno, bem como o amoroso, também é formulado a partir de uma construção social. Através de diferenças físicas, utilizou-se do fato de mulheres serem capazes de conceber para associá-las à vida doméstica. Mulheres passaram a ser vistas como "cuidadoras natas", não só de seus filhos, mas também do lar e da sociedade (Zanello, 2022). Entretanto, faz-se necessário discernir a habilidade de gestar e a capacidade de cuidar da prole. Zanello (2022, p.73), revela: "[s]e a primeira é restrita a seres com útero, a segunda é uma capacidade humana, infelizmente interpelada apenas em uma parte da população". O cuidado é genuinamente uma atribuição humana, mas, foi restrito a uma constituição relacional da mulher na sociedade, justificada na sua capacidade de gestar.

Assim, a capacidade de gestar se transformou em justificativa para desigualdades. A divisão social do trabalho historicamente atribuiu às mulheres as responsabilidades de cuidar dos filhos e da casa (Ciasca; Pouget, 2021). Essa estrutura foi fundamental para a consolidação do capitalismo, que se baseou nas distintas funções de gênero para "naturalizar" e, consequentemente, invisibilizar o extenso trabalho de cuidado, delegando-o quase que exclusivamente às mulheres (Federici, 2019a, 2019b *apud* Zanello, 2022).

Soma-se ao sistema capitalista, o antigo modelo de Maria, em que se dignifica a mulher que se sacrifica, submete-se e é mãe e esposa exemplar. Essa concepção é resultado de um longo processo de "domesticação" da mulher, que a designou como principal responsável pela casa, pela família e pelo casamento, sob a imagem da "santa mãezinha". A figura santificada da Virgem Maria está intrinsecamente ligada à pureza, à provisão, à piedade, à dedicação, além da ausência de sexualidade (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000).

Contrariando as perspectivas do senso comum, Elisabeth Badinter (1985) defende que o amor materno não é instintivo e universal, mas sim, uma construção histórica, social e

cultural. A autora desmistifica a crença da predisposição natural para amar incondicionalmente a prole, colocando a maternidade como mais um comportamento moldado culturalmente. O dito "amor materno" é uma construção social que teve como objetivo atender a interesses coletivos e patriarcais.

Badinter (1985) remonta a França dos séculos XVI ao XX para elucidar como o papel materno e os sentimentos atribuídos à prole mudaram com o passar do tempo. A autora demonstra que, em certos períodos, a indiferença materna era comum, com crianças sendo abandonadas, negligenciadas ou criadas por amas de leite, sem que isso fosse considerado uma questão alarmante. Segundo a autora, é a partir da necessidade de incremento populacional para suprir necessidades de trabalho e de guerra, que surge a valorização da maternidade. No mais, para Badinter (1985), figuras como Rousseau e Sigmund Freud contribuíram para o ideário de dedicação à maternidade, alegando que isso garantiria o desenvolvimento e a felicidade infantil, além do "alcance da plenitude feminina". Tais construções impuseram um ideal de mãe perfeita, aberta ao sacrifício e à priorização de seus filhos.

> Senso de dedicação e sacrifício, convencionado a chamar de natureza. 'Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, aquela que desafiava a ideologia dominante, só restava assumir, mais ou menos bem, sua 'anormalidade'. Ora, a anormalidade, como toda diferença é difícil de se viver. As mulheres submeteram-se, portanto, silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes' (Badinter, 1985, p.238 - 239).

Para Zanello (2022), a maternidade se tornou sinônimo de acúmulo de funções e de responsabilidades, trazendo um peso para essa função. A autora aponta, ainda, que há um sentimento de culpa constante das mães, "sintoma de que a interpelação de certas performances, emocionalidades e subjetivação pelo dispositivo materno deu certo" (Zanello, 2022, p.76). Às mulheres, cabe a disponibilidade constante para o cuidado e acolhimento de outrem, sejam familiares, parceiros ou até relações de trabalho.

Também é possível encontrar desdobramentos afetivos relevantes quando se olha para os movimentos mais recentes de "descentralização masculina". Enquanto seres relacionais, evitar envolvimentos amorosos não se mostra uma resposta saudável e livre de sofrimento psíquico. As novas gerações estariam realmente livres da eleição e da valorização do olhar masculino? A questão é se a descentralização masculina rompe com o dispositivo amoroso ou o reconfigura.

Como revelam Castellano, Leal e Maio (2024, p.205), “desmontar o olhar masculino como referência para a aprovação e a felicidade femininas aparece como objetivo”. Como resultado, tem-se a promessa de uma maior realização. Não se busca equidade de gênero, procura-se felicidade, bem-estar psicológico, autonomia e independência. A vida afetiva passa, então, a ser vista como mais um âmbito da existência que precisa ser eficiente, no qual se deve investir, sobretudo, no capital próprio. O contraste aqui é que as narrativas do papel masculino sempre posicionaram os homens como protagonistas de sua existência, sem necessidade de estarem em relacionamento para serem completos, enquanto as mulheres são constantemente cobradas a darem conta da demanda de serem esposa e mãe. É evidente que não se propõe uma inversão desse papel, mas sim uma nova narrativa que disponha de centralidade na existência feminina, considerando a sua autorrealização.

No mais, com a maior conscientização sobre o caráter forjado do papel feminino na contemporaneidade, veem-se movimentos que estimulam a independência, a autonomia e até mesmo a solidão feminina. No lugar do homem, entram produtos e serviços que atendem aos novos desejos da mulher neoliberada. Uma indústria de bem-estar se beneficia, *coaches* emergem e novos padrões de consumo são estimulados. Isso denota o risco de o próprio discurso de liberdade se tornar uma narrativa de controle ou de opressão para as mulheres.

6 Discussões plurais

À luz do percurso histórico apresentado, evidencia-se que a realidade feminina resulta das construções sociais sedimentadas no Ocidente. Gerações de mulheres foram introduzidas àquilo que se convencionou chamar de “ser mulher” ou “papel feminino”. Narrativas que instituíram como estritamente femininas disposições que, na verdade, são extensões do humano, como o cuidado. É precisamente nesse movimento que tais narrativas aprisionam a mulher em um lugar de ser para o Outro, e não para si. Naturalizadas ao ponto de se apresentarem como natureza, essas construções ocultam sua própria forjadura, legitimada por um sistema patriarcal. Mais ainda, essas construções não incidem de forma uniforme sobre todas as mulheres, isto é, são atravessadas por marcadores de raça e de classe que produzem experiências desiguais do próprio papel feminino. Não há, portanto, uma história única do ser mulher em sociedade.

Gênero não é, portanto, categoria natural, biológica, mas sim, social, cultural e histórica (Beauvoir, 1980a, 1980b; Blackstone, 2003; Zanello, 2022). O gênero molda

performances, expectativas, atribuições de poder e emocionalidades (Zanello, 2022). Ao longo dos anos, veem-se algumas características fundamentais atribuídas ao papel de gênero feminino: resignação, docilidade, pureza, recato, passividade, agradabilidade, dedicação, paciência, espírito de sacrifício, silenciamento, contenção, controle emocional e sexual (Badinter, 1985; Bassanezi, 1997; Beauvoir, 1980a, 1980b; DeSouza, Baldwin e Rosa, 2000; D'Incao, 1997, Tavares, 2021; Zanello, 2022).

Percebe-se também que a submissão feminina e o chamado "modelo de Maria" foram herdados da tradição colonial e contaram com forte influência do cristianismo (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000; Ramos, 1998). A associação bíblica da mulher a Eva a torna alvo de contenção. Sendo Eva a responsável pela expulsão do paraíso, aquela que não resistiu à tentação, cria-se a necessidade do controle feminino. Por outro lado, a associação a Maria permite a redenção, desde que a mulher exista em sua imagem e semelhança, isto é, pura, casta e sacrificada.

A função maternal para as mulheres brancas advém da ascensão do sistema capitalista e do surgimento da burguesia. A desigualdade de gênero emerge a serviço do capitalismo, justificando o acesso ao capital a alguns e garantindo a exploração de outros em benefício dos primeiros (Badinter, 1985; D' Incao, 1997; Zanello, 2022). A diferenciação de gênero confere às mulheres um papel de inferioridade, razão pela qual têm menos acesso ao capital ou são relegadas a trabalhos não remunerados, como o cuidado com a casa.

A ideia da mulher como provedora de cuidado, como pode ser visto, não se resume à casa e à prole, mas também ao parceiro e até mesmo à sociedade em geral (Zanello, 2022). Vê-se a entrada da mulher no mercado de trabalho em profissões relacionadas ao cuidado, como o magistério (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000). É interessante notar que isso se perpetua até a atualidade, com mulheres se graduando, em sua maioria, em profissões associadas à saúde e à educação, como pedagogia, terapia ocupacional, enfermagem e nutrição (Inep, 2024).[4] Isso não indica uma inclinação natural das mulheres a tais áreas, mas a permanência de uma herança narrativa que associou o feminino ao cuidado e que continua a orientar escolhas formativas.

[4] O processamento dos dados da Base 'Microdados do Censo da Educação Superior 2024' foi realizado utilizando script em Python. Inicialmente, todos os cursos com mais de mil concluintes foram filtrados e classificados em ordem decrescente de proporção de concluintes femininas. Na sequência, procedeu-se à seleção aleatória de representantes entre as dez primeiras posições para serem ilustradas como exemplo.

O posicionamento da mulher como figura associada ao cuidado tem resultado em exaustão, sobrecarga e desgaste (Zanello, 2022) e revela o caráter ambivalente das relações de cuidado. No que tange às relações amorosas, observam-se muitas mulheres dependentes da valorização alheia, sobretudo quanto à imagem (Zanello, 2022).

Mulheres são submetidas à aprovação de outrem não só em termos estéticos, mas também comportamentais. A preocupação estética torna-se uma constante na vida da mulher, consumindo seu tempo e sua energia. Em relação ao comportamento, como bem aponta Felden (2019), observam-se indivíduos reprimidos e apagados. Observam-se sujeitos silenciados nas mais diversas situações e contextos.

É importante salientar que, tanto no decorrer da história quanto na atualidade, mulheres com marcadores sociais historicamente marginalizados são relegadas a um lugar inferior, amplamente sexualizadas e objetificadas. Para elas, é quase impossível a valorização alheia, uma vez que estão historicamente distantes do ideal feminino preconizado no Ocidente (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000; Bassanezi, 1997; D' Incao, 1997; Zanello, 2022).

Essa sobreposição, contudo, não é novidade teórica. Já em Lauretis (1987) encontrava-se a proposição de um sujeito constituído no gênero, mas não pela diferença sexual apenas, e sim atravessado pelas relações de raça e de classe, formulação que antecipa, sem nomear, aquilo que Kimberlé Crenshaw (2002) viria a conceituar como interseccionalidade. À medida que as discriminações se sobrepõem, potencializam-se as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Nas palavras da autora, os eixos de poder, raça, etnia, gênero e classe, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos, e é por elas que as dinâmicas do desempoderamento se movem (Crenshaw, 2002). As narrativas sobre o ser mulher não são únicas e são sobrepostas por desigualdades presentes na estrutura da sociedade.

Lélia Gonzalez afirma: "[s]er negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão" (Gonzalez, 2020, p. 50). Dadas as considerações, é importante ressaltar as distinções presentes no papel social atribuído à mulher negra. Para Gonzalez (2020), às negras cabem a superexploração econômica e sexual. Sem a mesma visão de pureza atribuída à branquitude, ao corpo da mulher negra associa-se sensualidade. No âmbito do cuidado, à mulher preta são relegados os trabalhos "pesados" ou de baixa remuneração, como

os de empregada doméstica, cozinheira, caixa de supermercado, entre outros. Estabelece-se, assim, uma relação de inferioridade também entre mulheres (negras subordinadas a brancas). Gonzalez (2020, p. 61) recorre ao dito popular para expor a lógica em operação, objetificação e instrumentalização: “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Ressalta-se também que a exaustão, a responsabilidade pelo cuidado e a “dupla jornada de trabalho” sempre estiveram presentes na realidade da mulher negra (Gonzalez, 2020). Para a mulher branca, essa sobrecarga tem marco histórico identificável na consolidação do capitalismo e da família burguesa, para a mulher negra, antecede-o e o atravessa, desde a escravização.

À mulher branca sempre coube a ajuda ou a terceirização do cuidado à ‘mãe preta’. A esta, por sua vez, coube o impedimento de cuidar da própria prole, deixada aos filhos mais velhos, à comunidade e, já na contemporaneidade, a equipamentos públicos como creches, escolas e programas de contraturno escolar. Isso também significa que, conforme apresenta Cavalheiro, “as mulheres do fim do mundo”, caracterizadas como “mulheres negras, periféricas ou de outros grupos de mulheres com marcadores sociais que enfatizam contextos de fragilidade no acesso a direitos” (Cavalheiro; Oliveira, 2026, p. 28), são atingidas por outras formas de subordinação e enfrentam desigualdades mais profundas. Reconhecê-lo implica admitir que as lutas necessárias a esses enfrentamentos também são múltiplas e que nenhuma pauta comum as abrange sem restrições.

Por fim, faz-se fundamental a implementação de um feminismo implicado não só racialmente, mas também geograficamente, considerando todos os processos sócio-históricos que constituíram as mulheres nas Américas, conforme sugere Lélia Gonzalez. Deve-se, então, advogar por um feminismo afro-latino-americano, com todas as suas nuances e particularidades (Gonzalez, 2020).

7 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste estudo revelaram o caráter social, histórico e cultural dos papéis de gênero. Demonstrou-se, por meio de revisão bibliográfica, como se delineou o papel feminino no Ocidente, sobretudo no Brasil. Viu-se que o cristianismo, a colonização e o sistema econômico tiveram funções fundantes na concepção de 'ser mulher', e que a reprodução de referências europeias ao longo do tempo reforçou a ideia da mulher como o Outro, que deve ser dócil, contido, silenciado e controlado emocionalmente. Observou-se,

ainda, que esse papel não incidiu uniformemente sobre todas as mulheres: repartiu-se por marcadores de raça e de classe que produziram experiências desiguais do feminino, de modo que não há uma história única do ser mulher em sociedade.

No campo afetivo e amoroso, identificaram-se desdobramentos como a dependência afetiva, a sobrecarga de cuidado, a imposição da maternidade e a centralidade dos relacionamentos. Se, nos termos de Lauretis (1987), o gênero é efeito de tecnologias sociais, como no caso das mídias digitais hoje, é também nesses mesmos espaços que ele pode ser disputado e reconstruído. Nessa direção, mostra-se imprescindível a superação dos estereótipos e imposições, possibilitando novos modelos para a brasileira do presente e do futuro (DeSouza; Baldwin; Rosa, 2000).

Como propostas para estudos futuros, sugere-se uma análise dedicada às relações amorosas entre mulheres, uma vez que este artigo se ateve a um viés cisheteronormativo. Mostram-se igualmente relevantes os estudos que se aprofundem na história do papel da mulher trans, entendendo suas particularidades, uma vez que essas mulheres são ainda mais invisibilizadas e violentadas (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Do mesmo modo, um exame minucioso da história da mulher negra revelará nuances que os estudos mais centrados na mulher branca não alcançam.

Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado*: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo:* fatos e mitos. v. 1. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo:* a experiência vivida. v. 2. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade:* tratado da Sociologia do Conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 17. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BLACKSTONE, Amy. Gender Roles and Society. *In*: MILLER, J.R; LERNER, R. M.; SCHIAMBERG, L. B. *Human Ecology:* An Encyclopedia of Children, Families, Communities, and Environments. Santa Barbara, 2003. Disponível em:

https://digitalcommons.library.umaine.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1000&context=soc_facpub. Acesso em: 15 fev. 2025.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

BUTLER, Judith. Por uma leitura cuidadosa. IN: *Debates feministas*: um intercâmbio filosófico. Tradução Fernanda Veríssimo. São Paulo: Unesp, 2018

CASTELLANO, Mayka; LEAL, Tatiane; MAIO, Gabriela. Descentralizar homens: heteropessimismo, relacionamentos amorosos e racionalidade neoliberal no TikTok. *In:* CASTRO, Gisela G. S. (org.). *Conexões Sociotécnicas*: comunicação e subjetividades nas lógicas do consumo. São Paulo: Ed. dos Autores, 2024. *E-book.*

CAVALHEIRO, Ana; OLIVEIRA, Fernanda F. Memórias de uma moça bem-comportada: triangulações entre Simone, eu, tu, nós, elas e o outro. *In*: KARPOWICZ, et al. (org.). *Coletânea Clássicos de Gênero*. Deerfield Beach: Pembroke Collins, 2026. v. 6, p. 19-45.

CIASCA, Saulo; POUGET, Frederic. Aspectos históricos da sexualidade humana e desafios para a despatologização. *In*: CIASCA, Saulo; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir. *Saúde LGBTQIA+:* práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba/SP: Manole, p.18-27, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+.* Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília, DF: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-psicologos-e-psicologues-em-politicas-publicas-para-populacao-lgbtqia/. Acesso em 14 fev. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, n.1, p.171-188, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt. Acesso em 01 nov. 2025.

DeSOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; DA ROSA, Francisco H. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia Reflexão Crítica*, p.485-496, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/kKgJhYrqKTzpYjrGzvfHVqt/?lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2025.

D' INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FELDEN, Patrícia. A categoria da alteridade em o segundo sexo de Simone de Beauvoir. *Sapere Aude:* revista de filosofia. Belo Horizonte, v. 10, n. 20, p. 809-814, jul./dez., 2019. Disponível

em: https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/21593/16306. Acesso em: 28 jun. 2025.

FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. *In*: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*: o ego e o Id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.19, p.179-184. Trabalho original publicado em 1923.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *In*: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*: o ego e o Id e outros trabalhos. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.19, p.309-320. Trabalho original publicado em 1925.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano***:** ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. *E-book.*

LAURETIS, Teresa de*. Technologies of gender*: essays on theory, film, and fiction. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

LEMOS, Fernanda. *10 lições sobre Beauvoir*. Petrópolis: Vozes, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Censo da Educação Superior 2024:* Microdados do Censo da Educação Superior. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 8 jul. 2025.

RAMOS, Fábio Pestana. DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. *Revista de História.* 138. ed. São Paulo: FFLCH – USP. 1998. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/64579/67219. Acesso em: 15 fev. 2025.

TAVARES, Francine R. *O amor saudável e a invenção midiática da mulher neoliberada***.** 2021. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_ftavares_2021.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

THINK OLGA. *Os sonhos delas.* 2025. Disponível em: https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2025/03/Os-Sonhos-Delas-Relatorio.pdf. Acesso em: 31 out. 2025.

ZANELLO, Valeska. *A prateleira do amor:* sobre mulheres, homens e relações. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

Recebido em: 16/12/2025.
Aprovado em: 06/07/2026.
Publicado em: 04/11/2026